

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando que 0,7, 0,05 e 1,8 sejam os valores aproximados, respectivamente, de $\ln 2$, $\ln 1,05$ e $1,05^{12}$, julgue os itens a seguir, referentes a juros.

- 51 Se, no regime de juros compostos, a taxa de juros efetiva for de 5% ao mês, será necessário um período superior a 15 meses para que o valor de um capital inicial dobre.
- 52 Se um capital inicial de R\$ 1.000 for aplicado por 1 ano a uma taxa de juros de 5% ao mês, tanto no regime de juros compostos quanto no regime de juros simples, então, ao final do referido período, o montante auferido no regime de juros compostos será superior ao montante auferido no regime de juros simples.
- 53 A taxa nominal de 2% ao mês é proporcional à taxa de 24% ao ano.

No que se refere ao sistema de amortização constante (SAC) e ao sistema de amortização francês — tabela Price —, julgue os itens que se seguem.

- 54 **Situação hipotética:** Um empréstimo de R\$ 18.000 foi quitado, com base no sistema de amortização francês — tabela Price —, em 10 prestações mensais, consecutivas e iguais, à taxa de juros de 24% ao ano, tendo a primeira prestação sido paga 1 mês após a contratação do empréstimo. **Assertiva:** Nessa situação, se 0,82 tiver sido considerado o valor aproximado de $1,02^{-10}$, então o valor da prestação foi superior a R\$ 1.950.
- 55 Se um empréstimo de R\$ 1.200 for contratado para ser pago em 12 parcelas mensais e consecutivas pelo SAC à taxa de juros de 2% ao mês, e se a primeira prestação for paga 1 mês após a contratação, o valor da terceira prestação será de R\$ 122.

A quantidade de recursos desperdiçados diariamente por uma empresa é representada por um indicador X . Um estudo mostrou que esse indicador é uma variável aleatória cuja densidade de probabilidade é expressa por $f(x) = \frac{1}{L}$, em que L é o parâmetro dessa distribuição e $0 < x < L$.

Considerando que X_1, X_2, \dots, X_{10} representa uma amostra aleatória simples desse indicador, julgue os próximos itens.

- 56 Se M for o maior valor a ser observado na amostra aleatória X_1, X_2, \dots, X_{10} , então M será estimador suficiente do parâmetro L .
- 57 O estimador de máxima verossimilhança do parâmetro L é igual a $2\bar{X}$, em que $\bar{X} = \frac{1}{10} \sum_{i=1}^{10} X_i$ representa a média amostral.

Para $k = 1, \dots, 5$, um modelo de regressão linear é dado por $y_k = ax_k + \varepsilon_k$ em que y_k e x_k representam, respectivamente, os valores da variável resposta e da variável regressora do k -ésimo elemento da amostra, e ε_k representa o erro aleatório. Os erros aleatórios $\varepsilon_1, \dots, \varepsilon_5$ são independentes e identicamente distribuídos. Cada erro ε_k segue uma distribuição normal com média zero e variância V .

Sabendo que $\sum_{k=1}^5 x_k = 10$, $\sum_{k=1}^5 y_k = 10$, $\sum_{k=1}^5 y_k^2 = 26$, $\sum_{k=1}^5 x_k^2 = 30$ e $\sum_{k=1}^5 x_k y_k = 25$, julgue os itens seguintes.

- 58 A estimativa da variância V é igual ou inferior a 1,5.
- 59 A variável aleatória y_k , para $k = 1, \dots, 5$, segue uma distribuição normal com variância V .
- 60 A estimativa de mínimos quadrados ordinários do coeficiente a é igual ou superior a 1.

Com base nas disposições constitucionais e na jurisprudência do STF a respeito dos servidores públicos, julgue os itens a seguir.

- 61 Funções de confiança e cargos em comissão destinam-se a atribuições de direção, chefia e assessoramento. Distinguem-se, entretanto, quanto aos requisitos de seus ocupantes: a função de confiança é destinada, exclusivamente, a servidor de cargo efetivo; os cargos em comissão podem ser desempenhados por agentes públicos em caráter precário.
- 62 A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. A pontuação dos títulos, entretanto, deve servir como critério de classificação do candidato, mas não como fator de aprovação ou de reprovação.
- 63 Limite de idade fixado, exclusivamente, no edital do concurso público não supre a exigência constitucional de que o requisito seja estabelecido em lei.

Julgue os itens seguintes, acerca da aplicabilidade das normas constitucionais e dos direitos e garantias fundamentais.

- 64 Comumente, confundem-se os princípios da legalidade e da reserva legal. O primeiro, contudo, é mais abrangente e representa o dever de submissão e respeito à lei. O segundo, por sua vez, consiste na imposição constitucional de que determinadas matérias sejam regulamentadas por lei formal.
- 65 Em regra, as normas que consubstanciam os direitos e as garantias fundamentais são de eficácia e aplicabilidade imediatas. Em razão disso, havendo conflito entre um direito fundamental e outro direito constitucionalmente previsto, o primeiro deverá prevalecer.

Tendo em vista as disposições das leis complementares n.º 122/1994 e n.º 303/2005, ambas do estado do Rio Grande do Norte, julgue os itens a seguir.

- 66 As normas da lei complementar estadual que rege o processo administrativo aplicam-se à administração pública direta estadual, mas não se estendem aos Poderes Legislativo e Judiciário.
- 67 O servidor público estadual que, no exercício de suas funções, causar prejuízo ao erário responderá civilmente se tiver praticado o ato tanto de forma dolosa como culposa, por conduta comissiva ou omissiva.

Com relação aos atos administrativos, julgue os itens subsecutivos.

- 68 Um ato administrativo praticado por pessoa que não tenha competência para tal não poderá ser convalidado, pois, assim como os vícios de motivo e objeto, o vício de competência é insanável.
- 69 O ato mediante o qual a administração pública consente a utilização privativa de uso de bem público por um particular é ato unilateral e, como regra, discricionário e precário.

Julgue o próximo item, referente ao poder de polícia.

- 70 O imóvel que determinado indivíduo, de forma deliberada, construir em área pública municipal sem o consentimento da administração estará sujeito à demolição, tendo o indivíduo direito líquido e certo apenas à retenção e à indenização, pelo município, de eventuais benfeitorias.

Relativamente aos serviços públicos e à concessão e permissão de serviço público, julgue os itens subsecutivos.

- 71 Tanto a concessão como a permissão de serviço público têm a natureza de contrato de adesão; nesse sentido, são formalizadas por contrato administrativo e não dispensam licitação prévia.
- 72 Classificam-se como indelegáveis aqueles serviços que só podem ser prestados diretamente pelo estado, de que são exemplos os serviços de defesa nacional e segurança pública.

No que tange às organizações sociais e aos serviços sociais autônomos, julgue os itens seguintes.

- 73 Embora não integrem a administração pública, os serviços sociais autônomos, ou pessoas de cooperação governamental, são pessoas jurídicas de direito público que produzem benefícios para grupos sociais ou categorias profissionais.
- 74 A qualificação de uma entidade como organização social resulta de critério discricionário do ministério competente para supervisionar ou regular a área de atividade correspondente ao objeto social.

Considerando as disposições da Lei de Improbidade Administrativa, julgue o próximo item.

- 75 Os sujeitos ativos do ato de improbidade administrativa restringem-se aos agentes públicos que concorram para a prática da conduta de improbidade perpetrada contra a administração ou a induzam.

Acerca do concurso de pessoas e dos princípios de direito penal, julgue os itens seguintes.

- 76 Segundo o princípio da intervenção mínima, o direito penal somente deverá cuidar da proteção dos bens mais relevantes e imprescindíveis à vida social.
- 77 No concurso de pessoas, o auxílio prestado ao agente, quando não iniciada a execução do crime, é passível de punição.

Julgue os itens subseqüentes acerca dos delitos previstos na parte especial do Código Penal.

- 78 Para fins penais, pode ser considerado como funcionário público o voluntário que, transitoriamente, auxilia como enfermeiro em hospital público da administração direta municipal, em razão de excepcional estado de calamidade pública e da insuficiência de cargos públicos preenchidos pelo hospital na especialidade.
- 79 O furto praticado por um irmão em desfavor do outro deve ser considerado isento de pena, por expressa previsão legal.
- 80 A fabricação de aparelho destinado à falsificação de moeda é fato criminoso, assim como a fabricação de objeto destinado à confecção de documentos particulares falsos.

Julgue os itens a seguir, relativos à seguridade social e ao regime geral de previdência social.

- 81 A concessão de auxílio-doença independe de carência nos casos em que o segurado ficar incapacitado para seu trabalho por mais de quinze dias consecutivos devido a alguma doença profissional ou a um acidente de qualquer natureza.
- 82 O servidor público ocupante de cargo em comissão é segurado obrigatório da previdência social na condição de contribuinte individual.

Com base nas disposições legais referentes ao regime geral de previdência social (RGPS), julgue os itens subseqüentes.

- 83 O segurado que contribuir para a previdência social como empregado e como contribuinte individual, simultaneamente, e atender, em relação a cada atividade exercida, as condições do benefício requerido, fará jus a ter o seu salário de benefício calculado com base na soma dos salários de contribuição de ambas as atividades desempenhadas.
- 84 Uma ação que tenha por objetivo haver prestações vencidas devidas pela previdência social está sujeita a prescrição decenal.
- 85 **Situação hipotética:** Aline, segurada da previdência social, sofreu um acidente de trânsito enquanto se deslocava de sua residência para o seu local de trabalho, onde exerce a função de balconista. **Assertiva:** Nessa situação, o acidente do qual Aline foi vítima equipara-se a acidente do trabalho.
- 86 **Situação hipotética:** Um trabalhador urbano, segurado do RGPS, completou sessenta e cinco anos de idade no corrente ano de 2015 e pretende se aposentar por idade. **Assertiva:** Nessa situação, esse trabalhador terá direito ao benefício desejado desde que comprove ter contribuído para a previdência social por, pelo menos, trinta anos.

Com relação a técnicas, procedimentos e relatórios de auditoria, julgue os itens a seguir.

- 87** O auditor deverá atentar para situações associadas ao aumento de risco de erros ou fraudes, como, por exemplo, uma elevada rotação do pessoal-chave nas áreas contábil, financeira e de auditoria interna, ou mudanças frequentes de auditores e advogados.
- 88** A infringência a leis e regulamentos, detectada pelo auditor e não corrigida ou comunicada pela organização prestadora de serviços, e passível de afetar entidades usuárias, não autoriza o auditor a comunicar os fatos aos órgãos reguladores ou fiscalizadores.
- 89** Entre as operações que devem merecer a atenção dos profissionais e das organizações contábeis, por configurarem indícios da ocorrência de crimes de lavagem de dinheiro, incluem-se aquelas que, aparentemente, não resultem das atividades usuais do cliente ou do seu ramo de negócio.
- 90** Entre as evidências buscadas pelo auditor para chegar a conclusões fundamentadas, é possível citar as indicações financeiras como reveladoras de possíveis riscos à continuidade, como, por exemplo, substituição da prática de pagamentos a vista por transações a crédito com os fornecedores.

Com referência aos programas de auditoria aplicáveis aos diversos grupos de contas, julgue os itens subsequentes.

- 91** No teste de enquadramento do empregado em função compatível com sua formação profissional, o auditor deverá verificar se o cargo desse empregado é compatível com a sua lotação e com a sua escolaridade.
- 92** Na auditoria de contas a receber, é relevante examinar os créditos a essa conta que não sejam feitos em dinheiro. Pode-se simular uma devolução de mercadoria ou dar baixa em uma conta supostamente incobrável, desviando-se o dinheiro efetivamente recebido.
- 93** Em um exame para verificação de possíveis passivos omitidos, dois meses após o encerramento do balanço, será correto o auditor convencer-se da existência de omissões, caso ele constate que, embora as compras tenham sido realizadas com vencimento para trinta dias, várias faturas remanescentes do exercício anterior tenham permanecido em aberto.

Acerca de finanças públicas e orçamento, julgue os itens a seguir.

- 94** A localização do gasto na estrutura programática da União poderá ser de abrangência nacional, no exterior, por região, por estado ou por município.
- 95** A atuação do governo nas modernas economias capitalistas deve restringir-se à promoção de ajustamentos na alocação de recursos e na distribuição de renda.
- 96** O princípio do equilíbrio orçamentário deixará de ser observado, caso um crédito adicional seja aberto sem a indicação da fonte de recursos necessária à cobertura da despesa.
- 97** O orçamento fiscal poderá destinar recursos para despesas operacionais e de manutenção de empresas públicas e sociedades de economia mista com participação governamental no capital social.

Em relação aos mecanismos de acompanhamento e execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 98** Se houver necessidade de alteração orçamentária qualitativa, os instrumentos que devem ser utilizados para essa finalidade são os créditos especiais e os extraordinários.
- 99** O código de classificação por fonte de recursos é de utilização exclusiva na classificação da receita pública.
- 100** A descentralização de créditos orçamentários ocorre durante o estágio de fixação da despesa pública.
- 101** As despesas com juros e encargos da dívida pública estão incluídas nas metas de resultado que servirão de base para o acompanhamento da execução orçamentária; já as despesas com amortização da dívida pública estão excluídas dessas mesmas metas.

Com base nas normas fundamentais instituídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os próximos itens.

- 102** O resultado dos fluxos financeiros deve ser apurado pelo regime de caixa.
- 103** Na apuração da receita corrente líquida, devem ser excluídos os períodos referentes a exercícios financeiros já encerrados.
- 104** Se determinada instituição financeira contratar operação de crédito com determinado estado da Federação sem exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, a operação será considerada nula.

Com relação à contabilidade pública, julgue os itens que se seguem.

- 105** O ativo intangível que é alienado ou sobre o qual não se tem mais a expectativa de benefício econômico futuro deixa de se enquadrar no conceito de ativo e deve ser baixado.
- 106** O objeto da contabilidade pública é o patrimônio público, que envolve os bens públicos: de uso comum do povo, de uso especial e dominicais.
- 107** A reavaliação de ativos possibilita tanto o aumento quanto a diminuição de patrimônio, ao passo que o teste de recuperabilidade de ativos, vinculado a reconhecimento de perda, permite apenas a redução do patrimônio.

Julgue os próximos itens, relacionados a receitas e despesas públicas.

- 108** O reconhecimento da despesa pública acontece no momento da liquidação do empenho, o que cria a obrigação do pagamento por parte do ente público ao fornecedor do produto ou serviço.
- 109** A classificação orçamentária da receita influencia a destinação do recurso arrecadado, ou seja, a segregação entre a receita de impostos e a receita de contribuição permite que a contabilidade separe a receita que é vinculada (impostos) da que não é vinculada (contribuições).
- 110** Embora o lançamento, a arrecadação e o recolhimento sejam estágios da receita pública, é apenas nesse último que ocorre o reconhecimento da receita pública, mediante o cumprimento do regime de caixa das receitas públicas.
- 111** Como um suprimento de fundos é um adiantamento que deve ser empregado no pagamento de despesas específicas, que deverão ser alvo de uma prestação de contas, a concessão do suprimento gera uma despesa orçamentária.

No que tange à contabilidade pública e às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens a seguir.

- 112** No setor público, o regime contábil reflete uma visão conservadora das finanças públicas e busca o equilíbrio do orçamento público ao estabelecer que a execução das despesas orçamentárias não deve ultrapassar a arrecadação efetiva.
- 113** No balanço financeiro devem ser demonstradas as receitas e despesas do período, os saldos do exercício anterior e o saldo que irá para o exercício seguinte, inclusive os pagamentos e recebimentos orçamentários, extraorçamentários e das contas de compensação.
- 114** No que se refere ao plano de contas aplicado ao setor público (PCASP), as classes 7 (controle de devedores) e 8 (controle de credores) permitem a extração de informações para a apuração dos custos no setor público.
- 115** As contas intraorçamentárias, previstas pelo MCASP, são utilizadas para descentralizações e transferências de orçamentos entre os entes públicos, auxiliando no processo de consolidação dos balanços públicos, ao torná-lo mais célere e evitar dupla contagem das receitas ou despesas públicas.

Acerca das diretrizes legais e doutrinárias relativas aos tribunais de contas, julgue os itens a seguir.

- 116** Todas as competências dos tribunais de contas são compulsoriamente partilhadas com os demais órgãos integrantes do controle externo.
- 117** As entidades fiscalizadoras superiores devem evitar envolvimento com a gestão das organizações a serem auditadas.
- 118** Cabe aos sistemas de controle interno de cada um dos poderes prestar informações ao Poder Legislativo quando da constatação de irregularidades ou ilegalidades.

De acordo com as normas relativas especificamente ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN), julgue os itens que se seguem.

- 119** Caso determinada entidade preste serviço de interesse público e receba contribuições especiais de natureza parafiscal pelo serviço prestado, os responsáveis pela entidade estarão sujeitos à jurisdição do TCE/RN.
- 120** Cabe ao TCE/RN julgar as contas prestadas anualmente pelo governador do estado.

Espaço livre